



MUNICÍPIO DA NAZARÉ

# PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

2025-2029



Financiado pela  
União Europeia

Os Fundos Europeus mais próximos de si.



## FICHA TÉCNICA

**Título:**

Plano Municipal para a Integração de Migrantes

**Promotor:**

Município da Nazaré

Comunidade Intermunicipal do Oeste

**Documento elaborado por:**



*Bizfuture Services, Lda.*

Rua Altino Coelho, 650 5º esquerdo

4470-180 - Maia

<https://bizfuture.pt/>

**Coordenação científica**

Bruno Cunha

**Coordenação técnica**

André Silva e Hugo Teixeira

**Equipa técnica**

Cátia Moreira

Carlos Cambotas

Graça Pires

Inês Marafuz

Rúben Duarte

**Data da Versão:**

Agosto de 2025



## NOTA DE ABERTURA

**Mensagem do Sr.  
Presidente  
Câmara Municipal da  
Nazaré**

**Manuel Sequeira**



Nos tempos que correm assistimos cada vez mais a uma sociedade globalizada, em que as fronteiras tendem a diluir-se. Os fenómenos migratórios são cada vez mais notórios, com reais impactos para as sociedades de acolhimento. Face a estes fenómenos, que põem em contacto diferentes contextos, culturas, religiões, aspirações, urge que cada um e cada uma de nós perceba o que está subjacente a estes fenómenos, que se prepare para os desafios da interculturalidade.

Face a todas as novas dinâmicas sociais e demográficas que têm impactos reais nas comunidades locais, torna-se necessário que se adotem instrumentos para repensar as dinâmicas sociais, políticas e económicas tradicionais, para que se caminhe, cada vez mais, para uma sociedade inclusiva de respeito pelas especificidades grupais.

Este Plano Municipal para a Integração de Migrantes afigura-se como uma ferramenta estratégica e operacional, orientada por uma visão de justiça social de valorização da diversidade e de coesão territorial, que contribua para a afirmação, no nosso território, dos princípios do acolhimento digno, da igualdade de oportunidades, do combate à discriminação e da participação ativa dos migrantes nas decisões que neles impactem. Estas dinâmicas, para que sejam uma realidade no território, devem resultar de processos colaborativos, inclusivos e participados por todos e todas, organizações e sociedade civil, para que se promova e efetive uma verdadeira política de articulação interinstitucional e de corresponsabilização.

O presente Plano Municipal encontra-se devidamente articulado com o quadro de orientação definido pelo Alto Comissariado para as Migrações, no âmbito do Guia de Conceção de Planos para a Integração de Migrantes, e pretende responder aos desafios específicos do território, através da definição de medidas adaptadas às suas dinâmicas sociais, económicas e demográficas. Devendo, para tal, valorizar o conhecimento profundo da realidade local, a recolha de dados desagregados, a escuta ativa da população e a identificação de barreiras concretas ao nível do acesso à saúde, educação, habitação, emprego e participação cívica.

O compromisso ora assumido por meio deste instrumento de política pública, assume-se como um compromisso ético e político, um compromisso com a dignidade humana, com os direitos fundamentais e com uma visão de futuro e devidamente orientada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, onde não se deverá deixar ninguém para trás. Que todos e todas sejamos promotores de uma sociedade mais justa, coesa e plural, e que contribuamos ativamente para o reforço da democracia e da cidadania em todo o nosso território, para todos e todas, com todos e todas.

## ÍNDICE

<b>Nota de Abertura .....</b>	<b>5</b>
<b>Índice .....</b>	<b>7</b>
<b>Índices temáticos .....</b>	<b>8</b>
1. Enquadramento .....	9
1.1. Objetivos do PMIM.....	10
1.2. Nota metodológica.....	11
1.3. Implementação e alinhamento .....	12
1.4. Processo de aprovação .....	13
2. O Diagnóstico Local .....	14
2.1. Retrato municipal.....	14
2.2. Serviços de acolhimento e integração (CLAIM) .....	20
2.3. Identificação de dificuldades, necessidades e desafios: resultados da auscultação aos stakeholders sobre a população migrante .....	22
3. Plano Municipal para a Integração de Migrantes .....	29
3.1. Dimensão Estratégica.....	29
3.2. Dimensão Operacional .....	32
4. Modelo de monitorização e avaliação.....	37
5. Modelo de Governação .....	39
Referências bibliográficas e eletrónicas.....	40
<b>Siglas e Acrónimos.....</b>	<b>41</b>

## ÍNDICES TEMÁTICOS

### ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Evolução da população residente (n.º) no concelho da Nazaré, por sexo (2019-2023) .....	14
Figura 2. Evolução da proporção de população estrangeira (%) em relação ao total, por localização (2019-2023) .....	14
Figura 3. Evolução dos residentes de origem estrangeira (n.º), com estatuto legal ou solicitado na Nazaré (2019-2023) .....	15
Figura 4. Variação da taxa de crescimento migratório (%), por localização (2019-2023).....	15
Figura 5. Evolução do número de residentes estrangeiros na Nazaré por sexo (2019-2023).....	16
Figura 6. Evolução do número de imigrantes, por origem (2019-2023).....	16
Figura 7. Proporção de casamentos entre portugueses e cidadãos NPT (2019-2023) .....	17
Figura 8. População empregada por setor de atividade económica (%), por localização (2021) .....	17
Figura 9. Ganho mediano mensal, por localização e origem (2021-2023).....	18
Figura 10. População residente na Nazaré (%), segundo a religião (2021) .....	19
Figura 11. Número de migrantes atendidos nos serviços sociais da Nazaré (2019-2025).....	20
Figura 12. Nacionalidade dos cidadãos atendidos (2019-2025).....	21
Figura 13. Assuntos tratados (%) .....	21

### ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Indivíduos recenseados por município, segundo a origem .....	18
Tabela 2. N.º de alunos de NPT, por nacionalidade (anos letivos de 2023/24 e 2024/25) .....	19

### ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Plano estratégico, por área temática.....	30
Quadro 2. Medidas do PMIM para a área do Acolhimento e acesso à informação.....	32
Quadro 3. Medidas do PMIM para a área da Aprendizagem da Língua Portuguesa .....	33
Quadro 4. Medidas do PMIM para a área da Educação, Formação e Reconhecimento de Competências.....	33
Quadro 5. Medidas do PMIM para a área do Emprego e Empreendedorismo.....	34
Quadro 6. Medidas do PMIM para a área da Habitação .....	34
Quadro 7. Medidas do PMIM para a área da Saúde e Bem-estar .....	35
Quadro 8. Medidas do PMIM para a área da Cultura e Interculturalidade.....	35
Quadro 9. Medidas do PMIM para a área da Participação Cívica e Direitos.....	36
Quadro 10. Medidas do PMIM para a área da Gestão Municipal e Capacitação Técnica.....	36

## 1. ENQUADRAMENTO

O fenómeno das migrações tem sido, ao longo dos séculos, objeto de atenção e preocupação por parte dos governos, que desenvolvem políticas de acolhimento e integração das comunidades que deixam o seu país em busca de melhores condições de vida. Nos últimos anos, o perfil migratório dos países tem sofrido mudanças profundas e aceleradas. Fenómenos como a globalização, as crises financeiras e as assimetrias entre blocos económicos ajudam a explicar estas transformações. As migrações internacionais geram múltiplos impactos: enriquecem a diversidade cultural das sociedades, aprofundam as relações entre países, fomentam o empreendedorismo e a inovação, abrem mercados, contribuem para as finanças públicas e influenciam a dinâmica demográfica.

O fenómeno migratório tornou-se também mais complexo. Já não se limita à tradicional migração sul-norte. As populações migrantes apresentam hoje maior diversidade, seja pela origem e destino, pela duração das estadias ou pelos motivos que levam à migração.

Em Portugal, o perfil migratório alterou-se profundamente desde a década de 1960. De país marcado pela emigração, transformou-se, nos anos 90, num destino procurado por migrantes para viver e trabalhar. Esta mudança resulta de vários fatores:

- a melhoria das condições económicas e sociais, que aumentou a atratividade para trabalhadores de outros países;
- um vasto programa de obras públicas e construção de infraestruturas, com forte capacidade de absorção de mão de obra, sobretudo em funções pouco qualificadas;
- a instabilidade política e social em países com os quais Portugal mantém laços históricos e afinidades linguísticas, levando à procura de melhores condições de vida no território português.

Os fluxos migratórios em Portugal têm variado significativamente ao longo dos anos. Entre 2000 e 2010, as entradas de migrantes foram particularmente expressivas, aumentando de forma significativa a população estrangeira residente. Já os fluxos de saída mantiveram-se estáveis no início da década, registando um aumento considerável a partir de 2008. Na última década, registou-se uma nova fase de crescimento das entradas, impulsionada por fatores como a recuperação económica pós-crise financeira, a procura de mão de obra em setores estratégicos, as crises humanitárias em várias regiões do mundo e o reforço das políticas de atração de talento e investimento estrangeiro. Simultaneamente, Portugal consolidou-se como

destino para estudantes internacionais e empreendedores, mantendo a emigração como fenómeno presente, mas com um saldo migratório globalmente positivo.

A par destes movimentos, a **Organização Internacional para as Migrações** recomenda que os países adotem e implementem políticas que assegurem a integração plena das comunidades migrantes, garantindo condições dignas de acolhimento. Este tipo de abordagem contribui para prevenir fenómenos como a discriminação e o racismo, promovendo sociedades mais inclusivas e coesas.

Neste contexto, e reconhecendo a importância de uma resposta articulada e adaptada à realidade local, surge o **Plano Municipal para a Integração de Migrantes da Nazaré** (PMIM) como **instrumento estratégico de planeamento e ação**, destinado a promover a **integração plena, equitativa e sustentável** das pessoas migrantes no concelho.

Pretende assegurar e **promover os princípios da coesão social**, dos **direitos humanos**, da **valorização da diversidade cultural** e da **igualdade de oportunidades**, reforçando a capacidade de resposta proativa do Município face aos desafios e oportunidades decorrentes da presença crescente de comunidades migrantes no território, com diferentes perfis, origens e graus de vulnerabilidade. Assume-se igualmente como um **mecanismo facilitador** da articulação entre políticas públicas locais e nacionais, mobilizando um vasto conjunto de atores institucionais e comunitários.

## 1.1. OBJETIVOS DO PMIM

São objetivos do **PMIM**:

- **Reforçar o papel do Município** enquanto agente central na gestão da diversidade e na promoção da interculturalidade, assegurando políticas inclusivas e sustentáveis que respondam às especificidades das comunidades migrantes.
- **Garantir e ampliar o acesso** das pessoas migrantes a serviços públicos locais de qualidade, eliminando barreiras linguísticas, culturais e administrativas, e promovendo a igualdade efetiva no exercício de direitos.
- **Fomentar a participação ativa** das pessoas migrantes na vida comunitária, cívica e política, incentivando o envolvimento em processos de decisão e em iniciativas que fortaleçam o tecido social.
- **Valorizar e potenciar os contributos** sociais, económicos, culturais e demográficos das comunidades migrantes para o desenvolvimento local, reconhecendo o seu papel na dinamização económica, na inovação e na coesão social.

- **Estruturar uma intervenção integrada e territorializada**, assente em evidência empírica, diagnósticos rigorosos e práticas reconhecidas, garantindo a articulação entre diferentes áreas de atuação e a cooperação entre entidades públicas, privadas e da sociedade civil.

## 1.2. NOTA METODOLÓGICA

A conceção do **PMIM da Nazaré** assentou na partilha de informação, na troca de experiências e na mobilização de conhecimento técnico, promovendo uma dinâmica de parcerias ativas e garantindo uma forte participação dos decisores políticos responsáveis pela definição e execução das políticas locais. O processo seguiu uma **metodologia participativa e intersectorial**, estruturada para assegurar a representatividade dos diferentes agentes do território e fundamentada em dois pilares complementares:

### 1. DIAGNÓSTICO PARTICIPADO

O diagnóstico constituiu a base estratégica do plano, permitindo caracterizar a realidade migratória do concelho, identificar necessidades e mapear recursos. Foi desenvolvido através de:

- **Recolha e análise de dados estatísticos e administrativos**, recorrendo a fontes oficiais e de referência, como o Instituto Nacional de Estatística (INE), PORTATA, Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social da Nazaré, entre outras. Esta componente quantitativa permitiu estabelecer comparações temporais e territoriais, identificar tendências e fundamentar decisões.
- **Complemento qualitativo via metodologia Web-Delphi**, técnica participativa recomendada para a construção de consensos entre especialistas. O método permitiu recolher, de forma estruturada e anónima, as perceções de diferentes grupos de *stakeholders* sobre problemáticas previamente definidas, garantindo a diversidade de perspetivas e a redução de enviesamentos.

O processo decorreu em **duas rondas distintas**:

#### Primeira ronda – Web-Delphi

- **Painel de participantes**: Elementos do **Conselho Local de Ação Social** (CLAS), representando entidades públicas, privadas e do setor solidário com intervenção em áreas sociais, educativas, culturais, habitacionais e económicas.

- **Objetivo:** Identificar, com base na experiência e conhecimento local, as principais dificuldades, barreiras e necessidades associadas à integração de migrantes no concelho.
- **Resultado:** Elaboração de um conjunto estruturado de problemáticas, organizadas por eixos temáticos: *Acolhimento e Informação; Educação e Língua; Emprego e Empreendedorismo; Habitação; Saúde e Bem-estar; Cultura e Interculturalidade; Cidadania e Participação.*

### Segunda ronda – Web-Delphi

- **Painel de participantes:** Técnicos municipais com intervenção direta na área das migrações, designadamente do CLAIM e/ou do gabinete de ação social (GAS) e do serviço de atendimento e acompanhamento social (SAAS).
- **Objetivo:** Validar e hierarquizar os resultados da primeira ronda, atribuindo uma classificação quantitativa (escala de 0 a 5) a cada problemática, segundo a sua relevância e urgência no contexto local.
- **Resultado:** Produção de um *ranking* final por eixo temático, que serviu de referência para a definição das prioridades de intervenção.

## 2. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E OPERATIVO

Com base nas evidências do diagnóstico, foi desenvolvido um plano estruturado segundo boas práticas internacionais e orientações nacionais, garantindo coerência e exequibilidade. Esta fase incluiu:

- **Definição de eixos temáticos** alinhados com o **Plano Estratégico para as Migrações (PEM)** e com os instrumentos do extinto **Alto Comissariado para as Migrações (ACM)**.
- **Formulação de metas mensuráveis** e **identificação de ações concretas**, claramente atribuídas a entidades responsáveis, com definição de recursos, prazos e indicadores de execução.
- **Integração de mecanismos de monitorização e avaliação contínua**, permitindo ajustar estratégias de forma dinâmica e assegurar a adequação do plano a novas realidades ou desafios emergentes.

### 1.3. IMPLEMENTAÇÃO E ALINHAMENTO

A implementação do PMIM será coordenada pelo Município, em articulação permanente com os parceiros envolvidos, através de mecanismos de monitorização e avaliação contínua que permitam ajustar ações e recursos sempre que necessário. O plano deverá ser divulgado e promovido junto da comunidade local e migrante, recorrendo a canais institucionais, plataformas digitais e ações de proximidade, com

estratégias de comunicação inclusivas e acessíveis que garantam transparência, mobilização e participação ativa.

O **PMIM** encontra-se plenamente articulado com os principais referenciais nacionais e internacionais na área das migrações, nomeadamente:

- **Estratégia Nacional para a Integração de Migrantes**, que define as orientações para a inclusão e participação das comunidades migrantes em Portugal.
- **PEM**, enquanto quadro de referência para a gestão integrada dos fenómenos migratórios, reforçando a coordenação entre políticas setoriais e atores locais.
- Práticas dos técnicos municipais do **GAS ou do SAAS**;
- Outros instrumentos:
  - **CLAIM**;
  - **Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes**;
  - **Cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA)**;
  - **Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes**, que promove a partilha de boas práticas e a cooperação intermunicipal.

Neste enquadramento, o PMIM da Nazaré constitui um **instrumento estruturante** para o reforço de um território mais justo, inclusivo e plural, onde todas as pessoas, independentemente da sua origem, possam viver com **dignidade, segurança e participação ativa**, contribuindo para uma comunidade mais coesa e resiliente.

#### 1.4. PROCESSO DE APROVAÇÃO

O plano é elaborado sob a coordenação do Município, em estreita articulação com a rede de parceiros locais, reunida no CLAS, entidade que assegura a validação técnica e institucional das propostas. Este processo respeitou os princípios de governação participativa e articulação intersetorial, garantindo que o conteúdo final reflete as necessidades diagnosticadas e as prioridades consensualizadas entre os diferentes intervenientes.

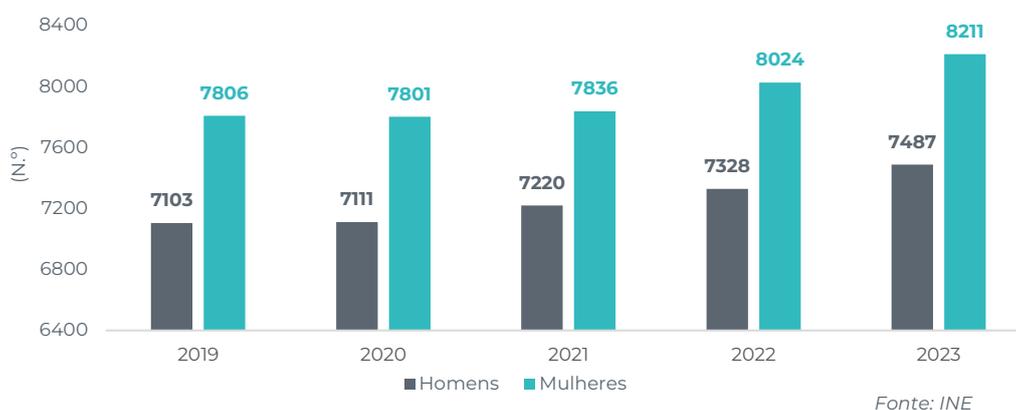
Após a fase de auscultação pública, que possibilitou a recolha de contributos da comunidade local — incluindo cidadãos migrantes, entidades da sociedade civil e demais atores relevantes —, o documento foi submetido à apreciação da Câmara Municipal, sendo aprovado em reunião formal. Este procedimento assegura o seu enquadramento político, administrativo e estratégico, em conformidade com as orientações nacionais e boas práticas de planeamento local.

## 2. O DIAGNÓSTICO LOCAL

O Diagnóstico do **PMIM da Nazaré** constitui a base estruturante para a definição das políticas locais de integração, assegurando que estas respondem de forma eficaz e adaptada à realidade social, económica e cultural do concelho.

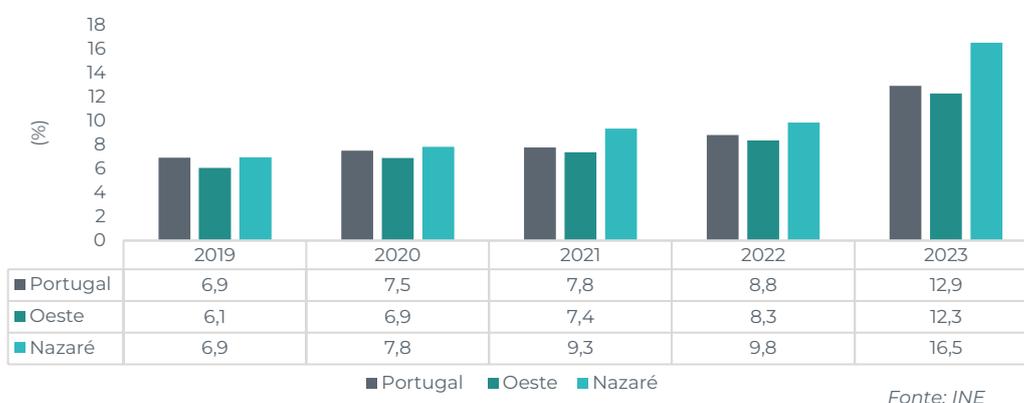
### 2.1. RETRATO MUNICIPAL

Entre 2019 e 2023, a população residente na Nazaré registou um crescimento gradual superior a **5%**, refletindo uma dinâmica demográfica positiva (**Figura 1**). Em 2023, o município contava **15698 habitantes**, dos quais 7487 homens e 8211 mulheres, revelando uma ligeira predominância feminina. Esta diferença resulta sobretudo da maior esperança de vida das mulheres, o que reforça a necessidade de atender às especificidades de cada grupo populacional, particularmente no acesso a serviços e recursos sociais que promovam a equidade de género e o bem-estar da comunidade.



**Figura 1. Evolução da população residente (n.º) no concelho da Nazaré, por sexo (2019-2023)**

Relativamente à proporção de população estrangeira (**Figura 2**), observa-se igualmente um crescimento gradual, com o município a registar, de forma consistente, valores superiores tanto à média nacional como à média da região Oeste. Em 2023, **16,5%** da população residente era de origem estrangeira.



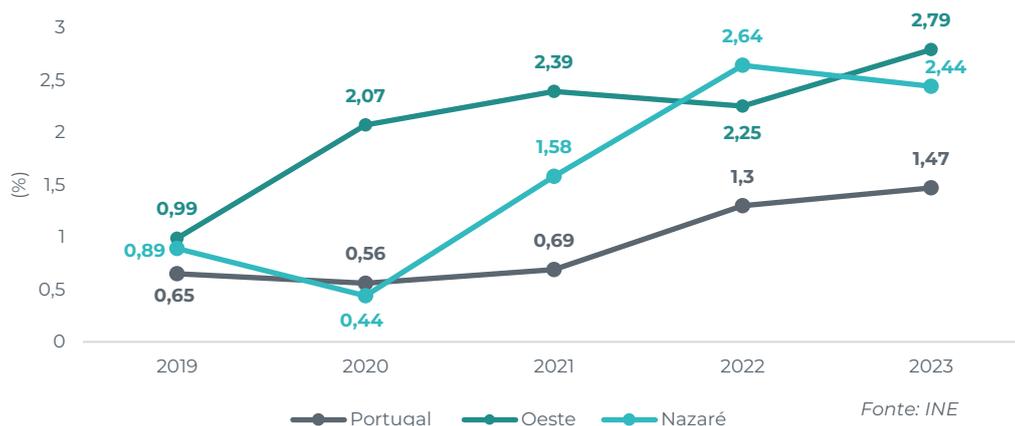
**Figura 2. Evolução da proporção de população estrangeira (%) em relação ao total, por localização (2019-2023)**

Consequentemente, o número absoluto de estrangeiros aumentou significativamente no período em análise (**Figura 3**), registando mais **1555** indivíduos face a 2019, o que corresponde a um crescimento de **150,2%**.



**Figura 3. Evolução dos residentes de origem estrangeira (n.º), com estatuto legal ou solicitado na Nazaré (2019-2023)**

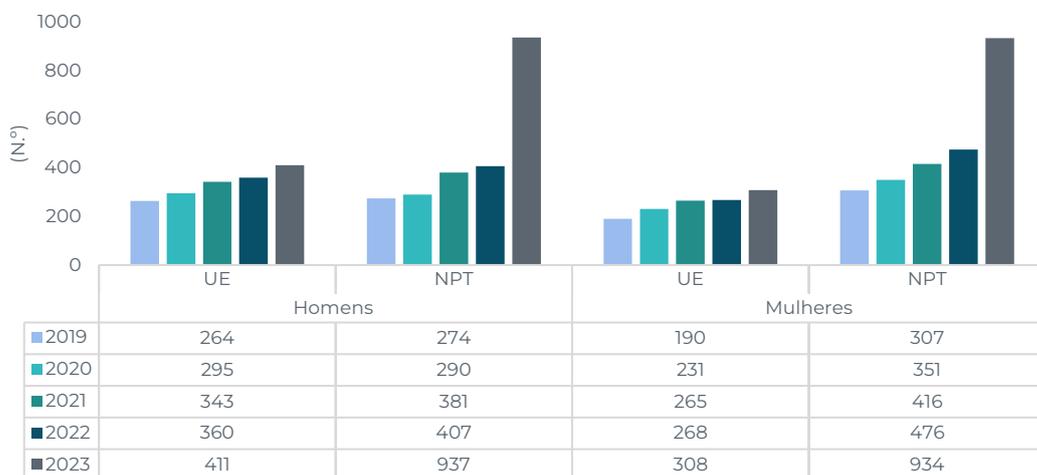
Entre 2019 e 2023, a **taxa de crescimento migratório** registou evoluções distintas em Portugal, no Oeste e na Nazaré (**Figura 4**). Na Nazaré, esta situou-se em 0,89% em 2019, descendo para 0,44% em 2020 e voltando a subir nos dois anos seguintes. Em 2023, contudo, registou-se nova diminuição, fixando-se em 2,44%. Comparativamente, a Nazaré manteve valores superiores à média nacional (exceto em 2020), mas abaixo da média da região Oeste, salvo em 2022. Esta evolução sugere que, embora o concelho continue a atrair migrantes, o ritmo de crescimento revela alguma instabilidade.



**Figura 4. Variação da taxa de crescimento migratório (%), por localização (2019-2023)**

Entre 2019 e 2023, o número de residentes estrangeiros na Nazaré aumentou de forma expressiva, sobretudo entre indivíduos **nacionais de países terceiros** (NPT) (**Figura 5**). O crescimento foi particularmente acentuado em 2023, quando o número passou de 883 em 2022 para 1 871 indivíduos. Já os residentes provenientes da **União Europeia**

(UE) mantiveram valores mais estáveis, variando de 628 em 2022 para 719 em 2023. Estes dados evidenciam que o dinamismo migratório da Nazaré, sobretudo no período mais recente, assenta essencialmente nos fluxos oriundos de países fora da UE, com um crescimento expressivo e consistente em ambos os sexos.



Fonte: INE

**Figura 5. Evolução do número de residentes estrangeiros na Nazaré por sexo (2019-2023)**

Em consequência, para o período analisado, observa-se um aumento expressivo no número de emigrantes com origem fora da UE, passando de 581 para 1871, com um crescimento mais acentuado entre 2022 e 2023 (Figura 6). Já os residentes estrangeiros provenientes da UE mantiveram valores relativamente estáveis ao longo do período, passando de 454 em 2019 para 719 em 2023.



Fonte: INE

**Figura 6. Evolução do número de imigrantes, por origem (2019-2023)**

Entre os anos de 2019 e de 2023, a proporção de casamentos celebrados entre portugueses e indivíduos NPT apresentou comportamentos distintos em Portugal, no Oeste e na Nazaré (Figura 7). A nível nacional, verificou-se um pico em 2020 (15,7%), seguido de uma descida em 2021 e de uma recuperação gradual até 2023, ano em que atingiu 12,8%. No Oeste, a tendência foi de decréscimo quase contínuo, passando de 12,8% em 2019 para 10,2% em 2023, apesar de uma ligeira recuperação em 2022. Já na

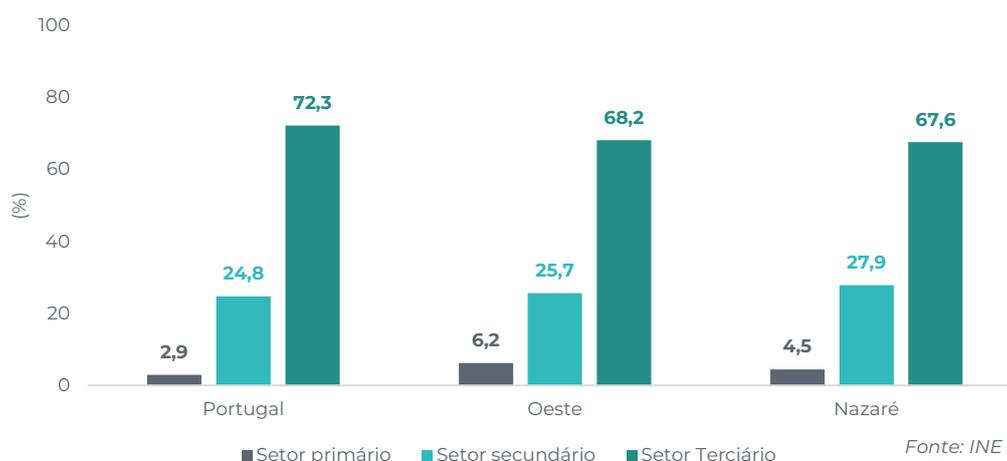
Nazaré, a proporção aumentou de forma acentuada entre 2019 (11,7%) e 2020 (22,0%), mas sofreu depois uma forte redução para 11,1% em 2021 e para 9% em 2022. Em 2023, verificou-se uma inversão desta tendência, com novo aumento para 12%. Em síntese, a redução global da proporção de casamentos entre portugueses e cidadãos **NPT**, conjugada com o aumento expressivo do número de mulheres migrantes, sugere uma mudança no perfil dos fluxos migratórios. Os dados apontam para a chegada de um maior número de famílias já constituídas, em detrimento de uma migração dominada por indivíduos solteiros, fenómeno que poderá estar associado a processos de reunificação familiar e à consolidação de redes migratórias no território.



Fonte: INE

**Figura 7. Proporção de casamentos entre portugueses e cidadãos NPT (2019-2023)**

No que respeita à atividade económica (**Figura 8**), constata-se que a maioria da população empregada trabalha no setor terciário, seguido do setor secundário, tendência comum a todas as unidades geográficas analisadas.

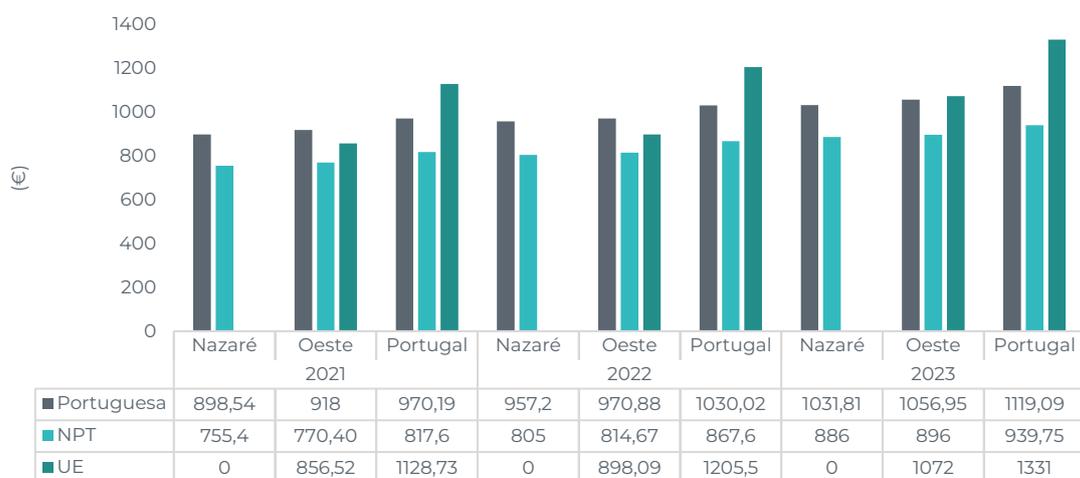


Fonte: INE

**Figura 8. População empregada por setor de atividade económica (%), por localização (2021)**

O ganho mediano mensal registou aumentos em todas as origens e localizações, embora com diferenças significativas para o período compreendido entre 2019 e 2023

(Figura 9). Os trabalhadores oriundos da UE apresentaram os rendimentos mais elevados, ultrapassando os 1 200 euros em Portugal. A população de nacionalidade portuguesa manteve valores intermédios, mas com crescimento constante, atingindo 1 119,09 euros a nível nacional. Já os indivíduos NPT registaram os rendimentos mais baixos em todo o período, embora também tenham evidenciado evolução positiva — com destaque para a Nazaré, onde passaram de 755,4 euros em 2021 para 886,0 euros em 2023, um aumento de 17,3%. Estes resultados revelam não apenas um crescimento generalizado dos rendimentos, mas também a persistência de disparidades salariais associadas à origem.



Fonte: INE

Figura 9. Ganho mediano mensal, por localização e origem (2021-2023)

Relativamente aos indivíduos estrangeiros residentes, recenseados segundo a origem (Tabela 1), observa-se que continuam a representar uma minoria pouco expressiva nos cadernos eleitorais locais, correspondendo, na maioria dos casos, a percentagens inferiores a 1%. Na Nazaré, este valor é inferior, fixando-se em 0,3%, sendo que a maioria pertence ao grupo de países da UE, com 27 indivíduos.

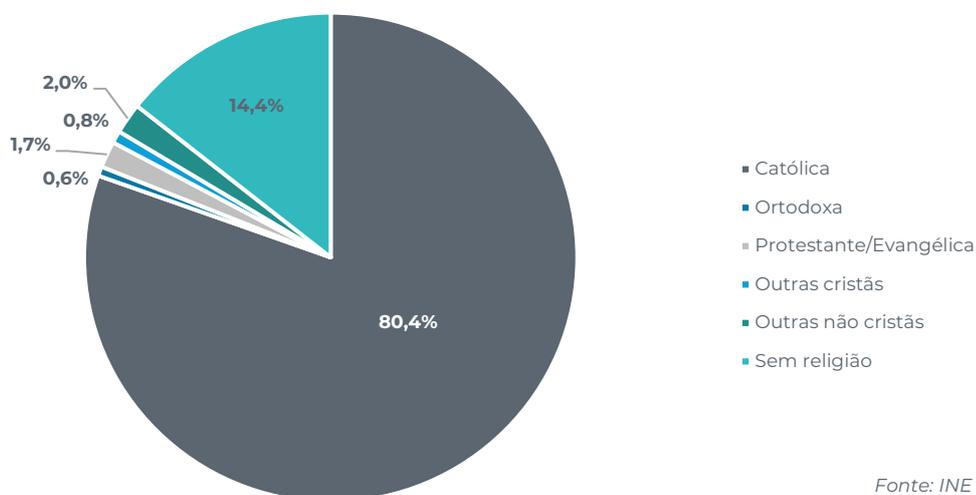
Tabela 1. Indivíduos recenseados por município, segundo a origem

Município	População residente	UE		NPT	
		N.º	%	N.º	%
Nazaré	15 698	27	0,2	9	0,1
<b>Total (Oeste)</b>	<b>386996</b>	<b>727</b>	<b>0,2</b>	<b>1061</b>	<b>0,3</b>

Fonte: Atlas do recenseamento eleitoral, 2024

A religião constitui outro dos indicadores analisados, uma vez que persiste o estigma de que cidadãos NPT, cuja fé não é a cristã-católica, estão associados a práticas específicas e geram, entre a população local, sentimentos de receio e desconfiança (Oliveira, 2017). Contudo, a Figura 10 evidencia que predomina claramente a religião

católica, seguida pelos indivíduos sem religião, enquanto as restantes confissões representam menos de 10%.



**Figura 10. População residente em Nazaré (%), segundo a religião (2021)**

Entre os anos letivos de 2023/2024 e 2024/2025, o número total de alunos provenientes de países terceiros aumentou de 281 para 321, correspondendo a um crescimento de cerca de 14,2%. O Brasil manteve-se como principal país de origem, ainda que com uma ligeira redução em 2024/2025. Em contrapartida, verificou-se um aumento expressivo de alunos de São Tomé e Príncipe, que passaram de 38 para 75. No ano letivo de 2024/2025 registaram-se ainda novas entradas de alunos oriundos de países como Estados Unidos, Canadá, Argentina e Bélgica, ausentes no ano anterior. Este crescimento evidencia uma diversificação das origens e reforça o peso crescente da comunidade escolar estrangeira, com destaque para os países lusófonos, mas também para novas dinâmicas migratórias vindas da Ásia e da América do Norte.

**Tabela 2. N.º de alunos de NPT, por nacionalidade (anos letivos de 2023/24 e 2024/25)**

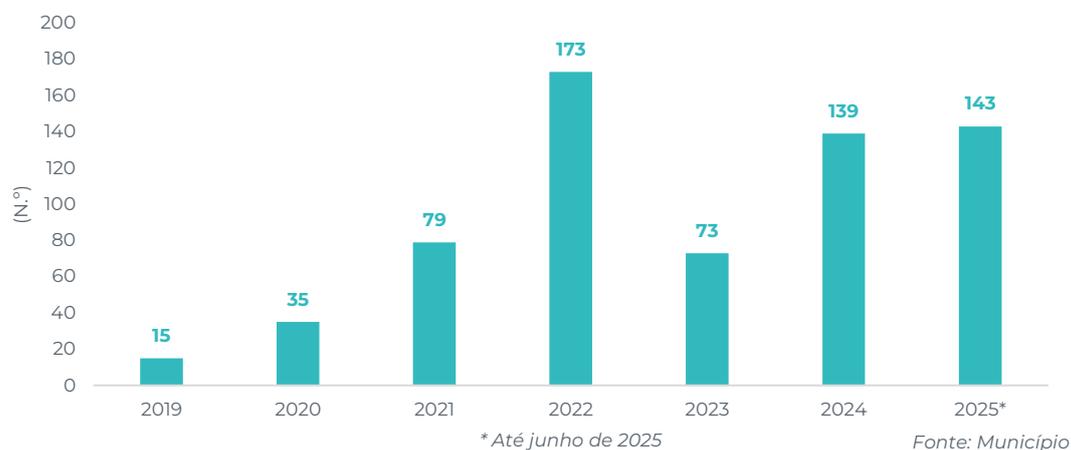
Países	Ano Letivo 2023/2024	Ano Letivo 2024/2025
Angola	4	4
Brasil	178	161
Cabo Verde	1	2
China	5	5
Moçambique	1	1
Moldávia	2	1
Paquistão	1	8
Roménia	1	1
Rússia	3	1
São Tomé e Príncipe	38	75
Síria	3	3
Sri Lanka	2	0
Ucrânia	14	19
Venezuela	5	5
Índia	4	7
E.U.A.	0	5
Canadá	0	5
Argentina	0	1
<b>Total</b>	<b>262</b>	<b>304</b>

Fonte: Município

## 2.2. SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO (CLAIM)

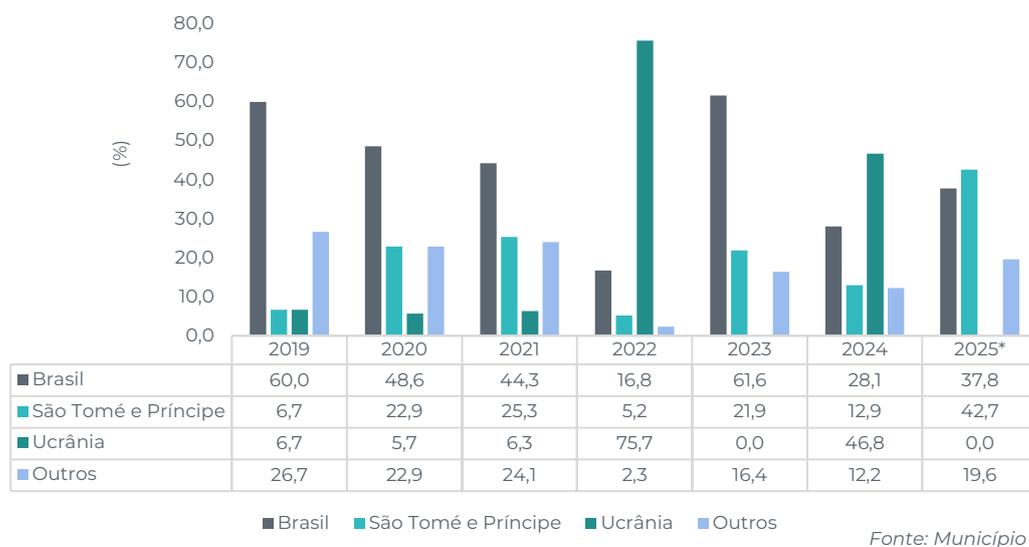
Perante o crescente afluxo migratório registado em todo o país, e em particular no concelho da Nazaré, a autarquia local reconheceu a necessidade de apoiar a população imigrante que escolheu o concelho como lugar de acolhimento. Nesse âmbito, foi criado, o **CLAIM**, resultante de uma parceria entre a **Câmara Municipal da Nazaré** (CMN), o extinto **ACM** e a **Confraria de Nossa Senhora da Nazaré** (CNSN). Sob responsabilidade da autarquia, o centro tinha como missão informar e apoiar a integração da população imigrante, garantindo um atendimento confidencial e descentralizado. A sua intervenção abrangeu áreas fundamentais como o acesso à saúde, educação, nacionalidade, reagrupamento familiar e retorno voluntário, prestando igualmente apoio na regularização da situação em território nacional e na resolução de questões do quotidiano.

Em janeiro de 2025, a parceria terminou e o CLAIM encerrou. Desde então, o município passou a assegurar autonomamente o atendimento a estes cidadãos através do GAS e do SAAS, assumindo um papel facilitador na relação entre cidadãos estrangeiros e as instituições locais e nacionais, promovendo uma integração mais célere e eficaz. Segundo informação do município, entre janeiro e junho de 2025 foram atendidos 143 migrantes, número que supera o total registado em todo o ano de 2024 (**Figura 11**).



**Figura 11. Número de migrantes atendidos nos serviços sociais da Nazaré (2019-2025)**

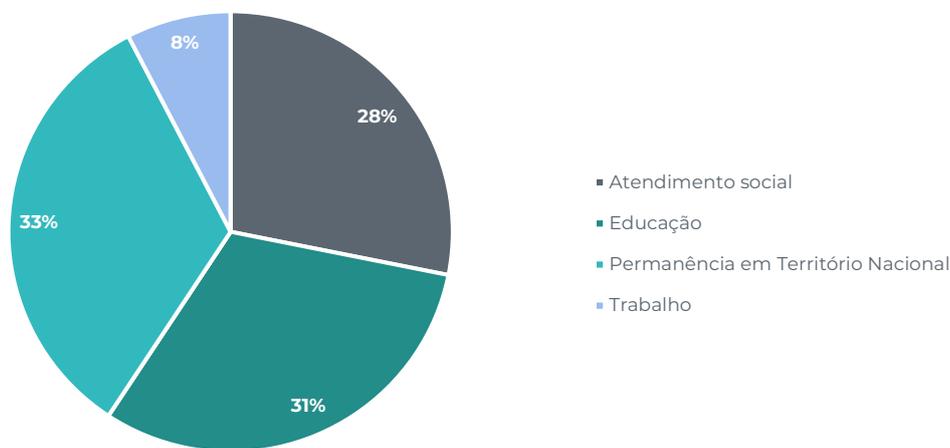
Entre janeiro de 2019 e junho de 2025, o município da Nazaré atendeu maioritariamente migrantes provenientes do Brasil, de São Tomé e Príncipe e da Ucrânia (**Figura 12**). Os cidadãos brasileiros foram o grupo mais representado em 2019, 2020, 2021 e 2023, enquanto em 2022 e 2024 predominaram os ucranianos e, em 2025, os cabo-verdianos.



\* Até junho de 2025

**Figura 12. Nacionalidade dos cidadãos atendidos (2019-2025)**

A análise dos valores percentuais revela que, no período em análise, os atendimentos na Nazaré se concentraram sobretudo em três tipologias: “Permanência em Território Nacional” (33%), Educação (31%) e Atendimento Social (28%), que em conjunto representaram 92% do total. Já o tema Trabalho registou menor expressão, com apenas 8% (**Figura 13**).



**Figura 13. Assuntos tratados (%)**

## 2.3. IDENTIFICAÇÃO DE DIFICULDADES, NECESSIDADES E DESAFIOS: RESULTADOS DA AUSCULTAÇÃO AOS STAKEHOLDERS SOBRE A POPULAÇÃO MIGRANTE

A auscultação realizada permitiu identificar de forma clara as principais dificuldades, necessidades e desafios enfrentados pela população migrante residente no concelho da Nazaré. A informação é apresentada por eixos, de forma sistematizada e fundamentada, acompanhada de pistas para a ação que visam mitigar ou eliminar os problemas identificados, constituindo uma base para a definição de políticas locais mais eficazes e ajustadas.

### 2.3.1. ACOLHIMENTO E ACESSO À INFORMAÇÃO

O acolhimento e a integração de migrantes são áreas-chave para assegurar uma inclusão efetiva, contribuindo para sociedades mais coesas, resilientes e prósperas (Comissão Europeia, 2020). As entidades auscultadas destacam como principais dificuldades dos migrantes recém-chegados o acesso a serviços básicos, sobretudo devido ao desconhecimento, agravado pelo encerramento do CLAIM em janeiro de 2025, pela ausência de materiais informativos traduzidos e pela escassez de equipas de mediação intercultural. Perante este cenário, torna-se essencial adotar medidas que respondam a estas limitações, designadamente ponderar a reativação do CLAIM como ponto de referência no acolhimento, reforçar as equipas de mediadores e criar um balcão de atendimento multilingue.

Principais problemas	Pistas para a ação	Boas práticas a adotar
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Migrantes recém-chegados desconhecem serviços disponíveis;</li> <li>▶ Materiais informativos não traduzidos;</li> <li>▶ Equipas de mediação intercultural insuficientes;</li> <li>▶ Extinção do CLAIM desde janeiro de 2025.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Ponderar a reativação do CLAIM e disponibilizar um balcão municipal de atendimento multilingue;</li> <li>↳ Produzir materiais informativos em diferentes línguas, para além do português;</li> <li>↳ Reforçar as equipas de mediadores interculturais;</li> <li>↳ Assegurar a articulação entre os vários serviços municipais e as entidades da rede social, de modo a colmatar a inexistência do CLAIM.</li> </ul>	<p>Reativar o CLAIM como ponto único de acolhimento, apoiado por um balcão municipal de atendimento multilingue;</p> <p>Possibilidade de integração de mediadores comunitários nas juntas de freguesia (JF).</p>

*Fonte: Resultado da auscultação aos parceiros do município, realizada pelo método Web-Delphi*

### 2.3.2. APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA

Seja no ensino formal ou informal, a educação e a aprendizagem da língua são fatores determinantes para a integração e a qualidade de vida dos migrantes. Para além de permitirem a certificação de conhecimentos e competências — essencial ao acesso

ao mercado de trabalho —, possibilitam também a comunicação com os serviços e a comunidade.

As entidades auscultadas identificam limitações significativas no acesso ao ensino de **PLA**, devido à escassez de oferta estruturada e à dificuldade em adaptar os percursos de aprendizagem à diversidade de perfis dos migrantes. Esta situação gera desigualdades no acesso a oportunidades educativas, profissionais e de participação social, comprometendo uma integração plena. Acresce ainda a inexistência de mecanismos locais de certificação linguística, que dificulta o reconhecimento formal das competências adquiridas. Perante este diagnóstico, torna-se importante aumentar e diversificar a oferta, designadamente através da criação adicional de turmas. Paralelamente, o desenvolvimento de materiais pedagógicos adaptados é essencial para assegurar maior inclusão e eficácia no processo de aprendizagem.

Principais problemas	Pistas para a ação	Boas práticas a adotar
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Oferta insuficiente e irregular de cursos PLA;</li> <li>» Inexistência de mecanismos locais de certificação de competências linguísticas reconhecidos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Desenvolver cursos PLA adaptados a diferentes níveis de literacia e ligados a setores com emprego disponível;</li> <li>↳ Estabelecer parcerias com IEFP e escolas para aumentar vagas, incluindo horários flexíveis e ensino híbrido (presencial/online);</li> <li>↳ Criar turmas adicionais para reduzir as listas de espera.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Parceria com escolas e IEFP para promover programas municipais de aprendizagem da língua portuguesa;</li> <li>Aulas de português em bibliotecas e centros culturais;</li> <li>Materiais pedagógicos devidamente adaptados.</li> </ul>

Fonte: Resultado da auscultação aos parceiros do município, realizada pelo método Web-Delphi

### 2.3.3. EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E RECONHECIMENTO DE COMPETÊNCIAS

Tal como em outras áreas já assinaladas neste documento, o acesso à educação é igualmente um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa (art.º 74.º), que estabelece que “Todos têm direito ao ensino com garantia da igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar”. Neste contexto, a educação dos filhos não pode ser dissociada da valorização académica e profissional dos próprios migrantes, cuja formação e capacitação constituem fatores decisivos para a sua plena integração. As qualificações académicas e profissionais, aliadas ao domínio da língua, desempenham um papel central na integração, em especial no mercado de trabalho. No plano europeu, estima-se que cerca de 40% dos migrantes exerçam funções abaixo do seu nível de qualificação (Comissão Europeia, 2020). Este desfasamento traduz-se num desperdício de capital humano e numa limitação do contributo potencial desta população. Assim, torna-se essencial desburocratizar os processos, de forma a garantir uma mão de obra mais qualificada e devidamente enquadrada. Para aqueles que integram a mão de obra não qualificada — mas igualmente indispensável

— é fundamental promover cursos acessíveis que permitam a sua certificação profissional.

Principais problemas	Pistas para a ação	Boas práticas a adotar
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶▶ Burocracia excessiva, no processo de pedido de equivalência de habilitações;</li> <li>▶▶ Escassez de apoio a alunos migrantes sem escolarização e/ou défice linguístico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Criar gabinete municipal para apoiar equivalências e reconhecimento de competências;</li> <li>↳ Implementar programas de apoio linguístico e pedagógico nas escolas para facilitar a integração de alunos migrantes.</li> </ul>	<p>Centro Qualifica com atendimento à população migrante;</p> <p>Tutoria escolar entre pares.</p>

Fonte: Resultado da auscultação aos parceiros do município, realizada pelo método Web-Delphi

### 2.3.4. EMPREGO E EMPREENDEDORISMO

A força de trabalho na **UE** depende em grande medida do contributo dos migrantes, realidade que a pandemia de COVID-19 veio evidenciar ao demonstrar o papel decisivo deste grupo (Comissão Europeia, 2020). Ainda assim, persiste uma segmentação clara do mercado de trabalho em função da nacionalidade: os trabalhadores de NPT estão sobre representados em determinados setores e atividades, sobretudo em profissões menos qualificadas, mais precárias, marcadas por vínculos laborais instáveis, remunerações mais baixas e maior exposição a riscos de sinistralidade (Oliveira, 2022). Posto isto, torna-se essencial adotar medidas que contribuam para mitigar estas desigualdades, nomeadamente através de ações de sensibilização dirigidas a empregadores e da realização de sessões públicas de partilha de histórias de sucesso.

Principais problemas	Pistas para a ação	Boas práticas a adotar
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶▶ Predominam os vínculos laborais precários;</li> <li>▶▶ Insuficiente conhecimento, por parte dos empregadores, sobre os procedimentos legais aplicáveis à contratação de imigrantes;</li> <li>▶▶ A experiência profissional e as qualificações das pessoas migrantes são, frequentemente, subvalorizadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Organizar sessões informativas multilingues para empregadores sobre benefícios da contratação legal;</li> <li>↳ Promover a criação de uma bolsa de “talentos migrantes” junto das empresas do concelho.</li> </ul>	<p>Elaboração de um guia local de contratação inclusiva;</p> <p>Realização de sessões informativas multilingues;</p> <p>Divulgação de histórias de sucesso de migrantes integrados no mercado de trabalho local.</p>

Fonte: Resultado da auscultação aos parceiros do município, realizada pelo método Web-Delphi

### 2.3.5. HABITAÇÃO

A habitação, consagrada na Constituição da República Portuguesa (art.º 65.º) e reconhecida pelas Nações Unidas como um direito humano fundamental, é um pilar central da qualidade de vida, devendo garantir condições adequadas de higiene e

conforto. No entanto, apesar de caber ao Estado assegurar este direito, muitas famílias continuam a enfrentar sérias dificuldades de acesso, agravadas pela escalada dos preços e pela escassez de oferta habitacional. A população migrante não é exceção e, em muitos casos, sente de forma ainda mais acentuada os efeitos da crise habitacional, que traduz uma conjuntura nacional mais ampla. Entre os principais desafios locais, sobressai a dificuldade no acesso a habitação social ou a custos controlados, realidade que afeta sobretudo os agregados em maior vulnerabilidade económica. A ausência de soluções imediatas de realojamento e a persistência de famílias a viver em condições indignas acentuam a gravidade do problema.

A revisão da Estratégia Local de Habitação da Nazaré reflete o reconhecimento destes desafios e prevê medidas robustas para a sua mitigação. Contudo, no caso específico dos migrantes, a situação assume contornos mais críticos. Um inquérito realizado em Portugal em 2024 revelou que mais de 90% desta população enfrentou discriminação no acesso à habitação, incluindo casos de extorsão por parte de proprietários, o que frequentemente conduz a situações de sobrelotação, resultado da incapacidade de suportar rendas elevadas.

Perante este cenário, impõe-se a urgência de promover ações de sensibilização que combatam práticas discriminatórias e abusivas, bem como reforçar a resposta pública, assegurando soluções habitacionais dignas e acessíveis para todos.

Principais problemas	Pistas para a ação	Boas práticas a adotar
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶▶ Imigrantes enfrentam discriminação no arrendamento;</li> <li>▶▶ Ausência de respostas públicas de habitação que incorporem critérios de integração intercultural;</li> <li>▶▶ Aumento de situações de sobrelotação e de alojamento informal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Promover ações de sensibilização para o combate à discriminação junto da população, nomeadamente proprietários, integradas em momentos já existentes com os diferentes públicos;</li> <li>↳ Integrar critérios de diversidade e inclusão nas políticas municipais de habitação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Campanhas antidiscriminação habitacional;</li> <li>Protocolos com associações para arrendamento social;</li> <li>Projetos-piloto de coabitação multicultural.</li> </ul>

Fonte: Resultado da auscultação aos parceiros do município, realizada pelo método Web-Delphi

### 2.3.6. SAÚDE E BEM-ESTAR

A acessibilidade aos serviços de saúde constitui um fator determinante de integração e inclusão, com impacto direto em múltiplas dimensões da vida, como o emprego e a educação. No entanto, os migrantes de **NPT** no espaço europeu continuam a enfrentar barreiras significativas, que incluem obstáculos administrativos, discriminação, dificuldades no acesso à informação, insuficiente domínio da língua do PLA e constrangimentos de natureza intercultural, com efeitos particularmente

acentuados no caso das mulheres (Comissão Europeia, 2020). Sena, Santos e Cunha (2020) salientam que a estas dificuldades acresce o risco acrescido de problemas de saúde mental, resultante das adversidades vividas ao longo do processo migratório, como o isolamento social, a discriminação e, no caso dos refugiados, experiências traumáticas nos países de origem.

Este dado assume particular relevância, uma vez que a barreira linguística constitui frequentemente um entrave ao acesso universal e equitativo aos serviços de saúde. Outro problema identificado pelos stakeholders no processo de auscultação refere-se às falhas persistentes na articulação entre os casos sinalizados pelos serviços sociais e o respetivo encaminhamento para os centros de saúde. A ausência de ações regulares de promoção da saúde dirigidas especificamente à população migrante agrava ainda mais este quadro. Face a este cenário, torna-se essencial agilizar o encaminhamento para as **Unidades Locais de Saúde (ULS)**, garantindo uma resposta mais integrada, inclusiva e eficaz. A realização de sessões comunitárias de promoção da saúde — abrangendo áreas como saúde mental, saúde sexual e saúde materno-infantil — constitui igualmente uma boa prática a adotar pelo município.

Principais problemas	Pistas para a ação	Boas práticas a adotar
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Persistem falhas na articulação entre os serviços sociais e os Centros de Saúde/ULS;</li> <li>▶ Não há ações regulares de promoção da saúde e saúde mental adaptadas a públicos migrantes;</li> <li>▶ A baixa literacia em saúde, associada a barreiras culturais, limita o acesso das mulheres migrantes a cuidados de saúde sexual e reprodutiva.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Formalizar protocolos para agilizar o encaminhamento dos casos assinalados;</li> <li>↳ Desenvolver ações regulares de promoção da saúde e prevenção, culturalmente adaptadas e suportadas por materiais multilingues.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de uma linha de saúde municipal multilingue;</li> <li>Apostar em num modelo experimental de clínicas solidárias (modelo replicável de outros municípios);</li> <li>Realização de sessões comunitárias de promoção da saúde, incluindo saúde mental, saúde sexual e saúde materno-infantil.</li> </ul>

*Fonte: Resultado da auscultação aos parceiros do município, realizada pelo método Web-Delphi*

### 2.3.7. CULTURA E INTERCULTURALIDADE

As comunidades locais e a sua identidade resultam de múltiplos fenómenos e processos, entre os quais as migrações assumem um papel relevante. No caso do município da Nazaré, esta influência é particularmente visível devido ao elevado número de migrantes residentes no território. A evolução dos ciclos migratórios e a crescente diversidade geográfica das origens desta população geram não apenas desafios, mas também oportunidades, sobretudo quando as diferentes culturas são reconhecidas e valorizadas como elementos de enriquecimento coletivo. A convivência intercultural constitui, assim, uma realidade quotidiana, onde a partilha

de experiências, saberes e expressões culturais pode ser entendida como motor de empreendedorismo e de desenvolvimento territorial, transformando a diversidade numa potencialidade estratégica.

Esta presença multicultural manifesta-se de formas diversas, seja através de dinâmicas promovidas por organizações e associações locais, seja pela multiplicidade de línguas que ecoam nas ruas ou pelas expressões artísticas que ganham visibilidade em espaços públicos e culturais.

Contudo, a persistência de estereótipos, a limitada diversidade na programação cultural e a escassez de espaços dedicados ao encontro intercultural constituem entraves à plena integração destas populações, como apontam os parceiros locais. Torna-se, por isso, importante adotar boas práticas que favoreçam a inclusão, seja por meio da realização regular de semanas interculturais municipais, seja através da criação de espaços que promovam o convívio e a interação entre comunidades.

Principais problemas	Pistas para a ação	Boas práticas a adotar
<ul style="list-style-type: none"> <li>» Persistem os estereótipos culturais;</li> <li>» Baixa visibilidade da produção cultural das comunidades migrantes;</li> <li>» Escassez de espaços de encontro intercultural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Integrar manifestações culturais migrantes na programação municipal;</li> <li>↳ Criar festival intercultural anual com participação ativa de comunidades migrantes;</li> <li>↳ Desenvolver espaços comunitários para convívio e projetos artísticos conjuntos.</li> </ul>	<p>Semana Intercultural municipal;</p> <p>Feiras gastronómicas multiculturais;</p> <p>Oficinas artísticas e de dança com comunidades migrantes.</p>

*Fonte: Resultado da auscultação aos parceiros do município, realizada pelo método Web-Delphi*

### 2.3.8. PARTICIPAÇÃO CÍVICA E DIREITOS

A plena participação social, cívica e política dos migrantes deve ser promovida pela sociedade de acolhimento, mediante a criação de condições e oportunidades que garantam o exercício efetivo da cidadania. No entanto, no que respeita à participação política, a análise dos dados disponíveis relativos ao município, no âmbito do recenseamento eleitoral, revela constrangimentos significativos. Em Portugal, embora a Constituição da República reconheça a igualdade de direitos e deveres entre cidadãos nacionais e estrangeiros, subsistem limitações no exercício do direito de voto e de elegibilidade, restringindo a participação eleitoral de migrantes. Os stakeholders destacam ainda a escassa presença de imigrantes nas estruturas representativas locais, bem como a persistente falta de informação clara e acessível acerca dos seus direitos e deveres. Uma das soluções apontadas para mitigar estes desafios passaria pela criação de fóruns comunitários, que poderiam contribuir para um reforço da

participação cívica, facilitando a identificação de líderes de opinião e assim assegurar uma representação mais inclusiva e plural no espaço público.

Principais problemas	Pistas para a ação	Boas práticas a adotar
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶▶ Baixa inclusão de migrantes em processos de consulta pública;</li> <li>▶▶ Persistência de falta de informação clara sobre os direitos cívicos e políticos das pessoas migrantes;</li> <li>▶▶ Taxa muito reduzida de inscrição de cidadãos estrangeiros no recenseamento eleitoral;</li> <li>▶▶ Ausência de representantes da população imigrante em estruturas locais de participação e representação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Produzir guias claros e multilingues sobre direitos cívicos e políticos;</li> <li>↳ Assegurar a presença de representantes migrantes em órgãos consultivos;</li> <li>↳ Criar fóruns comunitários regulares para recolha de contributos e promoção de participação cidadã.</li> </ul>	<p>Fóruns anuais de participação migrante;</p> <p>Inclusão de líderes comunitários em reuniões municipais;</p> <p>Projetos de voluntariado intercultural.</p>

Fonte: Resultado da auscultação aos parceiros do município, realizada pelo método Web-Delphi

### 2.3.9. GESTÃO MUNICIPAL E CAPACITAÇÃO TÉCNICA

Os cidadãos migrantes que legalmente trabalham e residem em Portugal estão sujeitos aos mesmos direitos e deveres que os cidadãos portugueses. Para favorecer a sua plena integração, os CLAIM assumem um papel central enquanto agentes promotores de equidade e inclusão.

Todavia, a ausência de uma estratégia municipal eficaz de coordenação, aliada à escassez de recursos humanos devidamente capacitados para apoiar estas populações, compromete a articulação eficiente com as respostas sociais existentes no concelho, limitando a eficácia do apoio, bem como limita a capacidade de resposta prestado à comunidade imigrante local.

Principais problemas	Pistas para a ação	Boas práticas a adotar
<ul style="list-style-type: none"> <li>▶▶ Inexistência de CLAIM, traduz-se na falta de articulação entre os serviços e as restantes respostas sociais do concelho;</li> <li>▶▶ Recursos humanos insuficientes;</li> <li>▶▶ Falta de uma estratégia eficaz de coordenação municipal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>↳ Criar gabinete municipal para coordenação de políticas de integração;</li> <li>↳ Implementar formação contínua em diversidade para todos os departamentos;</li> <li>↳ Estabelecer sistema integrado de referênciação entre serviços, com monitorização de resultados.</li> </ul>	<p>Rede municipal de apoio ao migrante;</p> <p>Sistema de referênciação rápida entre serviços;</p> <p>Plataforma online de recursos e contactos úteis.</p>

Fonte: Resultado da auscultação aos parceiros do município, realizada pelo método Web-Delphi

### 3. PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

A eficácia das políticas de acolhimento e integração das pessoas **NPT** exige uma ação coordenada e devidamente articulada entre os diversos atores institucionais. Neste sentido, revela-se fundamental a definição de estratégias que garantam uma intervenção concertada das entidades competentes, tanto ao nível nacional como no plano local. O crescimento da população **NPT** no concelho da Nazaré reforça a pertinência de adotar uma política local estruturada e direcionada, consubstanciada na elaboração e implementação do PMIM. A concretização deste instrumento deverá assentar num compromisso político alargado, envolvendo de forma efetiva todas as forças representadas no município, assegurando a sustentabilidade e eficácia das medidas a desenvolver.

#### 3.1. DIMENSÃO ESTRATÉGICA

A dimensão estratégica do **PMIM da Nazaré** resulta de uma leitura integrada do diagnóstico social, da auscultação dos stakeholders e das orientações nacionais definidas pelo **PEM**. O plano estrutura-se em nove áreas temáticas, cada uma com objetivos estratégicos destinados a responder aos problemas, desafios e necessidades identificados no diagnóstico. Para cada área, foram definidos indicadores de acompanhamento que permitirão avaliar os progressos ao longo do período de vigência do plano (2025-2029), conforme descrito no **Quadro 1**:

##### 1. Acolhimento e Acesso à Informação

- **Objetivo Estratégico:** Garantir um acolhimento ágil, inclusivo e multilingue, bem como o acesso a informação clara sobre direitos e vias legais de migração.

##### 2. Aprendizagem da Língua Portuguesa

- **Objetivo Estratégico:** Disponibilizar cursos de português (língua de acolhimento) adaptada aos diferentes perfis e níveis de literacia.

##### 3. Educação, Formação e Reconhecimento de Competências

- **Objetivo Estratégico:** Assegurar igualdade no acesso à educação e agilizar o reconhecimento de qualificações.

##### 4. Emprego e Empreendedorismo

- **Objetivo Estratégico:** Promover o acesso a emprego digno e fomentar a criação e consolidação de iniciativas empresariais desenvolvidas por migrantes.

##### 5. Habitação

- **Objetivo Estratégico:** Garantir acesso a habitação digna e acessível, promovendo a igualdade e combatendo a discriminação.

## 6. Saúde e Bem-estar

- **Objetivo Estratégico:** Melhorar o acesso aos cuidados de saúde e reforçar a literacia em saúde.

## 7. Cultura e Interculturalidade

- **Objetivo Estratégico:** Valorizar a diversidade cultural e fomentar espaços de encontro intercultural.

## 8. Participação Cívica e Direitos

- **Objetivo Estratégico:** Promover a participação cívica e política ativa dos cidadãos NPT, assegurando o seu envolvimento nos processos de decisão e reforçando o exercício pleno dos seus direitos.

## 9. Gestão Municipal e Capacitação Técnica

- **Objetivo Estratégico:** Reforçar a capacidade institucional e a coordenação das políticas de integração.

**Quadro 1. Plano estratégico, por área temática**

Área Temática	Objetivos estratégicos	Indicadores	Atividades estratégicas
<b>Acolhimento e Acesso à Informação</b>	Garantir um acolhimento ágil, inclusivo e multilingue, bem como o acesso a informação clara sobre direitos e vias legais de migração.	N.º de novos mediadores	Reforçar equipa de mediadores interculturais.
		N.º atendimentos	Reativar o CLAIM, apoiado por balcão municipal de atendimento multilingue.
		N.º de ações N.º de participantes (NPT)	<b>A.2.</b> Ações de orientação cívica.
		N.º de ações	<b>A.4.</b> Pacotes de informação e campanhas sobre vias legais de migração.
<b>Aprendizagem da Língua Portuguesa</b>	Disponibilizar cursos de português (língua de acolhimento) adaptada aos diferentes perfis e níveis de literacia.	N.º cursos PLA N.º de participantes (NPT)	<b>A.1.</b> Ações de formação linguística; aumentar turmas PLA e alfabetização; horários flexíveis.
		N.º de voluntários/as	Programa de Voluntariado Linguístico.
<b>Educação, Formação e Reconhecimento de Competências</b>	Assegurar igualdade no acesso à educação e agilizar o reconhecimento de qualificações.	N.º de processos finalizados	Gabinete municipal para apoiar equivalências e reconhecimento de competências.
		N.º de participantes (NPT)	<b>A.5.</b> Curso de competências digitais.
		N.º de mediadores N.º de participantes (NPT)	Programa de mediação cultural e pedagógica nas escolas para a integração de alunos migrantes.
		N.º de sessões N.º de participantes (NPT)	<b>A.8.</b> Sessões de esclarecimento nas escolas para integração de alunos migrantes.

<b>Emprego e Empreendedorismo</b>	Promover o acesso a emprego digno e fomentar a criação e consolidação de iniciativas empresariais desenvolvidas por migrantes.	N.º de ações N.º de participantes (NPT)	<b>A.3.</b> Ações de orientação profissional.
		N.º de ações N.º de empregadores	Ações informativas para empregadores sobre benefícios da contratação legal de cidadãos NPT.
		N.º de migrantes apoiados	<b>A.11.</b> Apoio ao empreendedorismo migrante.
		N.º de migrantes inscritos na bolsa	Bolsa de “talentos migrantes” junto das empresas do concelho.
		N.º de migrantes que recorreram ao guia	Guia local de contratação inclusiva.
<b>Habitação</b>	Garantir acesso a habitação digna e acessível, promovendo a igualdade e combatendo a discriminação.	N.º de ações N.º de participantes	Ações de sensibilização para o combate à discriminação no acesso a habitação.
		N.º de migrantes apoiados	Política habitacional inclusiva.
		N.º de projetos implementados	Projetos-piloto de coabitação multicultural.
<b>Saúde e Bem-estar</b>	Melhorar o acesso aos cuidados de saúde e reforçar a literacia em saúde.	N.º de casos encaminhados com recurso ao protocolo	Protocolo de atuação que permita encaminhar casos sinalizados pelas entidades competentes.
		N.º de atendimentos de migrantes	Linha de saúde municipal multilingue.
		N.º de campanhas	<b>A.6.</b> Campanhas de saúde pública, focada na prevenção e no acesso, com suporte linguístico.
<b>Cultura e Interculturalidade</b>	Valorizar a diversidade cultural e fomentar espaços de encontro intercultural.	N.º de participantes NPT	Festival Intercultural anual integrado na agenda cultural municipal.
		N.º de participantes NPT	Feira anual multicultural de gastronomia, artes e dança.
		N.º de atividades N.º de participantes NPT	<b>A.9.</b> Promoção da integração de migrantes através de atividades culturais e desportivas.
<b>Participação Cívica e Direitos</b>	Promover a participação cívica e política ativa dos cidadãos NPT, assegurando o seu envolvimento nos processos de decisão e reforçando o exercício pleno dos seus direitos.	N.º de guias	Guias multilingues sobre direitos.
		N.º de reuniões N.º de representantes migrantes	Inclusão de representantes da população migrante em órgãos consultivos municipais.
		N.º de participantes	<b>A.10.</b> Promoção de voluntariado jovem para integração comunitária.
<b>Gestão Municipal e Capacitação Técnica</b>	Reforçar a capacidade institucional e a coordenação das políticas de integração.	N.º de formações	Formação contínua em diversidade e interculturalidade.
		Número de casos referenciados	Sistema integrado de referênciação entre serviços, com monitorização de resultados.
		N.º de atendimentos jurídicos	<b>A.7.</b> Ações de aconselhamento jurídico.
		Gabinete criado e em funcionamento	Gabinete municipal de coordenação de políticas de integração social

### 3.2. DIMENSÃO OPERACIONAL

As orientações estratégicas do PMIM para o acolhimento e integração de pessoas NPT e para a promoção da interculturalidade concretizam-se através de objetivos específicos, traduzidos em medidas de ação com metas, indicadores e responsáveis definidos. O plano é construído de forma participativa, integrando contributos recolhidos nos processos de consulta (incluindo o Web-Delphi) e articulando atividades já aprovadas em candidatura, assegurando coerência, viabilidade e alinhamento com as políticas locais e nacionais de integração de migrantes. As medidas organizam-se em Nível 1, quando decorrem das atribuições e competências próprias de cada entidade, e em Nível 2, quando correspondem a ações com financiamento aprovado ou a submeter a financiamento comunitário. No seu conjunto, estas ações visam não apenas melhorar as condições de acolhimento e integração dos migrantes, mas também reforçar a coesão social e valorizar a diversidade cultural do concelho.

**Quadro 2. Medidas do PMIM para a área do Acolhimento e acesso à informação**

<b>Objetivo estratégico:</b> Garantir um acolhimento ágil, inclusivo e multilingue, bem como o acesso a informação clara sobre direitos e vias legais de migração.					
Objetivo(s) específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Assegurar a melhoria do acesso à informação sobre migração e direitos	Realização de sessões descentralizadas de acolhimento e esclarecimento, nas JF, dirigidas aos cidadãos migrantes.	1	12 sessões/ plano	N.º sessões N.º de participantes	CMN / JF
	<b>A.2.</b> Dinamizar ações de orientação cívica através de programas de mentoria, envolvendo migrantes já integrados como facilitadores do processo de inclusão.	2	4 ações/ plano ≥ 15 NPT	N.º de ações N.º de participantes NPT	CMN/ Rede social/ Associações
Promover campanhas de informação e sensibilização sobre as vias legais de migração	<b>A.4.</b> Reforçar a informação sobre as vias legais de migração, mediante a disponibilização de pacotes informativos acessíveis e adaptados às necessidades da população migrante.	2	3 ações/ plano	N.º de ações N.º de pessoas alcançadas	CMN/ Rede social/ Associações
Reforçar a capacidade de atendimento multilingue	Reativar o CLAIM, apoiado por um balcão municipal de atendimento multilingue.	1	1 balcão/ plano 150 atendimentos/ ano	N.º de atendimentos realizados	CMN
	Integrar na equipa, mediadores comunitários, com atuação itinerante pelas freguesias, garantindo a proximidade no apoio à população migrante e na articulação com as JF.	1	2 mediadores/ plano 25 NPT/ ano	N.º de pessoas apoiadas	CMN/ JF

**Quadro 3. Medidas do PMIM para a área da Aprendizagem da Língua Portuguesa**

<b>Objetivo estratégico:</b> Disponibilizar cursos de português (língua de acolhimento) adaptada aos diferentes perfis e níveis de literacia.					
Objetivo(s) específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Ampliar a cobertura e melhorar o acesso ao ensino da língua portuguesa para cidadãos migrantes NPT.	<b>A.1.</b> Ações de formação linguística (PLA).	2	2 ações /plano 5 NPT/ 2025-26	N.º de ações N.º de participantes NPT	CMN/ IEFPP/ Centros Qualifica
	Criar e implementar um Programa de Voluntariado Linguístico, para apoiar migrantes, facilitando a sua integração social, laboral e cultural.	1	10 voluntários/ plano 200 NPT/ plano	N.º de voluntários inscritos N.º de participantes NPT.	CMN/ Associações/ CMJ
Expandir a oferta de cursos adaptados a diferentes perfis de cidadãos migrantes.	Promover ações de alfabetização para migrantes com materiais adaptados, reforçando a literacia básica e a inclusão social.	1	1 ação/ ano ≥ 20 NPT/ plano	N.º de ações de alfabetização N.º de participantes	CMN/ IEFPP/ Centros Qualifica

**Quadro 4. Medidas do PMIM para a área da Educação, Formação e Reconhecimento de Competências**

<b>Objetivo estratégico:</b> Assegurar igualdade no acesso à educação e agilizar o reconhecimento de qualificações.					
Objetivo(s) específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Facilitar a integração escolar de alunos migrantes	Implementar um programa de mediação cultural e pedagógica em escolas.	1	2 mediadores/ plano	N.º de mediadores N.º de participantes NPT	CMN/ Agrupamento de Escolas
	<b>A.8.</b> Realizar sessões de esclarecimento e integração escolar para alunos e famílias migrantes.	2	4 sessões/ plano 25 alunos e famílias / 2025-27	N.º sessões N.º participantes NPT	CMN/ Agrupamento de Escolas
Incentivar a aquisição de novas competências	<b>A.5.</b> Dinamizar cursos de competências digitais para migrantes.	2	5 NPT/ 2026	N.º participantes NPT	CMN/ IEFPP/ Centros Qualifica
	Promover cursos curtos de qualificação com certificação e estágios locais.	1	4 cursos/ plano 100 NPT/ plano	N.º de cursos N.º de participantes NPT	CMN/ IEFPP/ Centros Qualifica
Melhorar o processo de reconhecimento de qualificações	Criar gabinete municipal de apoio a processos de equivalência e reconhecimento de competências.	1	1 gabinete/ plano 80% dos pedidos de equivalência/ plano	N.º de processos de equivalência finalizados	CMN/ IEFPP/ Centros Qualifica

**Quadro 5. Medidas do PMIM para a área do Emprego e Empreendedorismo**

**Objetivo estratégico:** Promover o acesso a emprego digno e fomentar a criação e consolidação de iniciativas empresariais desenvolvidas por migrantes.

Objetivo(s) específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Incentivar emprego digno e legal para cidadãos migrantes	<b>A.3.</b> Organizar ações de orientação profissional.	2	25 NPT/ 2025-27 5 ações/ plano	N.º cidadãos NPT N.º de ações	CMN/ IEFP
	Elaborar o Guia Local de Contratação Inclusiva.	1	50 exemplares/ plano	Nº de exemplares	CMN/ IEFP/ Associações empresariais
	Realizar sessões informativas para empregadores sobre benefícios da contratação legal.	1	4 sessões/ plano 5 empregadores/ ano	N.º de sessões N.º de empregadores	CMN/ Associações empresariais
Melhorar a ligação entre cidadãos NPT e o tecido económico	Criar e dinamizar a Bolsa de “Talentos Migrantes” junto das empresas do concelho.	1	50 inscritos/ plano	N.º inscritos (NPT N.º contratações	CMN/ Associações empresariais
	Ações de divulgação de histórias de sucesso de migrantes integrados no mercado de trabalho local.	1	2 ações/ plano	Nº de ações de divulgação	CMN/ JF/ Entidades públicas
Promover o empreendedorismo e o autoemprego de migrantes	<b>A.11.</b> Apoiar o empreendedorismo migrante, através de programas de mentoria e incubação local.	2	3 iniciativas/ 2025-27	Nº de migrantes apoiados Nº de negócios criados	CMN/ Associações empresariais

**Quadro 6. Medidas do PMIM para a área da Habitação**

**Objetivo estratégico:** Garantir acesso a habitação digna e acessível, promovendo a igualdade e combatendo a discriminação.

Objetivo(s) específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Combater a discriminação no acesso à habitação e ampliar a oferta	Dinamizar ações de sensibilização para o combate à discriminação no acesso a habitação.	1	8 ações/ plano 150 NPT/ plano	Nº de ações de sensibilização Nº de participantes nas ações	CMN/ GAS/ Rede social
	Reforçar a fiscalização de situações de sobrelotação e alojamento informal.	1	12 ações/ plano	Nº de fiscalizações efetuadas	CMN
Pugnar pelo acesso a habitação digna e acessível	Integrar critérios de diversidade e inclusão nas políticas municipais de habitação.	1	20 NPT/ plano	Nº de cidadãos NPT apoiados	CMN/ GAS
	Implementar um projeto-piloto de coabitação multicultural.	1	1 projetos/ plano	Nº de projetos-piloto implementados	CMN/ GAS/ Rede social

**Quadro 7. Medidas do PMIM para a área da Saúde e Bem-estar**

<b>Objetivo estratégico:</b> Melhorar o acesso aos cuidados de saúde e reforçar a literacia em saúde.					
Objetivo(s) específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Melhorar a prevenção e o acesso aos cuidados de saúde	Implementar um protocolo de atuação para agilizar o encaminhamento de casos sinalizados pelas entidades competentes.	1	20 casos encaminhados/ plano	N.º casos encaminhados com recurso ao protocolo	CMN/ GAS/ ULS
	Disponibilizar uma linha de saúde municipal multilingue.	1	75 NPT/ plano	N.º de atendimentos	CMN/ ULS
	<b>A.6.</b> Realizar campanhas de saúde pública com suporte linguístico, focadas na prevenção e no acesso.	2	2 campanhas/ plano 3 NPT/ 2025-26	N.º de campanhas N.º cidadãos NPT envolvidos	CMN/ GAS/ ULS
Reforçar a literacia em saúde e a promoção do bem-estar mental	Desenvolver ações regulares de promoção da saúde e da saúde materna e mental, adaptadas culturalmente e com materiais multilingues.	1	10 ações/plano	N.º de ações	CMN/ GAS/ ULS

**Quadro 8. Medidas do PMIM para a área da Cultura e Interculturalidade**

<b>Objetivo estratégico:</b> Valorizar a diversidade cultural e fomentar espaços de encontro intercultural.					
Objetivo(s) específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Promover o encontro intercultural	Criar espaços comunitários para convívio e partilha de projetos artísticos interculturais.	1	1 espaço/ plano	N.º de espaços	CMN/ Associações
	Dinamização da semana da Interculturalidade.	1	1 semana/ ano	N.º de semanas interculturais	CMN/ Associações
	Organização da feira anual multicultural de gastronomia, artes e dança.	1	1 feira/ ano	N.º de feiras organizadas	CMN/ Associações
Dinamizar eventos culturais e desportivos inclusivos	<b>A.9.</b> Promoção da integração de migrantes através de atividades culturais e desportivas.	2	2 eventos/ 2025-27 5 NPT/ 2025-27	N.º de eventos N.º participantes NPT	CMN/ Associações

**Quadro 9. Medidas do PMIM para a área da Participação Cívica e Direitos**

<b>Objetivo estratégico:</b> Promover a participação cívica e política ativa dos cidadãos NPT, assegurando o seu envolvimento nos processos de decisão e reforçando o exercício pleno dos seus direitos.					
Objetivo(s) específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Fomentar a participação cívica de migrantes	Criar fóruns regulares de participação para recolha de contributos de migrantes.	1	1 fórum/ ano	N.º de fóruns N.º de participantes NPT	CMN/ GAS/ Rede social/ Associações
	Garantir a inclusão de representantes da população migrante em órgãos consultivos municipais.	1	4 representantes/ plano	Nº de reuniões Nº de representantes migrantes	CMN/ GAS/ Rede social/ Associações
Reforçar a literacia cívica e promover o voluntariado juvenil	<b>A.10.</b> Dinamizar grupos de jovens voluntários para integração comunitária.	2	5 jovens/ 2025-27	N.º jovens migrantes voluntários	CMN/ CMJ/ Associações
	Produzir guias multilingues sobre direitos e deveres.	1	1 guia/ plano	N.º de exemplares	CMN/ GAS

**Quadro 10. Medidas do PMIM para a área da Gestão Municipal e Capacitação Técnica**

<b>Objetivo estratégico:</b> Reforçar a capacidade institucional e a coordenação das políticas de integração.					
Objetivo(s) específicos	Medidas	Nível	Metas	Indicadores	Responsáveis
Reforçar o acesso a apoio legal e administrativo para migrantes	Formação contínua em diversidade e interculturalidade.	1	20 técnicos/ plano	N.º de técnicos formados	CMN/ GAS
	Estabelecer um sistema integrado de referênciação entre serviços, com monitorização de resultados.	1	Sistema implementado/ 2027-29	Nº de referenciações	CMN/ GAS
	<b>A.7.</b> Assegurar a realização de ações de aconselhamento jurídico para migrantes.	2	15 atendimentos/ 2025-27	N.º de atendimentos	CMN/ GAS/ OesteCIM

## 4. MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A **monitorização e avaliação** do **PMIM da Nazaré** são componentes centrais do processo de planeamento estratégico local, assegurando:

- O **acompanhamento regular da execução das medidas**;
- A capacidade de **ajuste e melhoria contínua** das respostas implementadas;
- A **prestação de contas públicas** e a avaliação da **eficácia e impacto das políticas adotadas**.

O modelo de monitorização permite, assim, **medir resultados, questionar práticas, detetar necessidades emergentes** e fomentar a **aprendizagem organizacional**, reforçando a pertinência das ações face à complexidade e dinâmica do fenómeno migratório no território.

A monitorização e avaliação do PMIM assenta, então, em duas abordagens complementares:

### 1. Monitorização Contínua

- Focada na **execução operacional** das medidas;
- Utiliza **indicadores de acompanhamento** (quantitativos e qualitativos), definidos para cada objetivo estratégico;
- Permite identificar **desvios, obstáculos e progressos** ao longo da implementação;
- É realizada **periodicamente** (trimestral/semestral), com base em relatórios de progresso.

### 2. Avaliação Interna e Externa

- Incide na **efetividade e impacto** das ações implementadas;
- Baseia-se em **indicadores de resultado e de impacto**, para aferir se ocorreram mudanças significativas nas condições identificadas no diagnóstico;
- Inclui uma **avaliação externa independente**, a cargo de entidade com competências técnicas, para garantir imparcialidade e fiabilidade dos resultados.

O plano tem uma vigência 4 anos (2025 a 2029), com revisão anual em reuniões do CLAS e dos grupos temáticos.

Será elaborado um Relatório Intercalar de Monitorização, todos os anos, que servirá de base à atualização de prioridades e reformulação de ações, se necessário.

No final do ciclo, será produzido um Relatório Final de Avaliação, com:

- Análise da taxa de execução por eixo estratégico;
- Grau de alcance dos objetivos estratégicos;
- Efeitos sociais e institucionais do plano;
- Propostas para o novo ciclo de planeamento

Para a prossecução da monitorização e avaliação do PMIM, constituir-se-ão grupos de **trabalho por eixo estratégico** (ex. habitação, saúde, educação, cultura), integrando técnicos e especialistas das áreas correspondentes. Estes grupos assumirão as seguintes funções:

- Monitorizar os **indicadores definidos no diagnóstico social**;
- Detetar **problemas emergentes** e sinalizar necessidades urgentes;
- Planear e coordenar **respostas intersetoriais** com os serviços competentes;
- Promover a **partilha de boas práticas e inovação social**;
- Garantir que as ações mantêm **adequação às realidades locais**.

No âmbito deste Plano será adotada uma **estratégia de comunicação integrada**, baseada nos princípios da **transparência, proximidade e participação comunitária**, através dos seguintes canais:

- Website institucional e redes sociais do Município;
- Boletins informativos e relatórios anuais acessíveis;
- Reuniões plenárias do CLAS e dos grupos de trabalho.

A comunicação terá os seguintes objetivos:

- Informar a comunidade sobre **progresso e resultados**;
- Valorizar as **boas práticas** e histórias de sucesso;
- Reforçar a **corresponsabilização dos atores locais**;
- Estimular a **cooperação entre instituições**;

Por cada eixo estratégico serão definidos **indicadores SMART**:

- **Indicadores operacionais**: número de ações implementadas, número de pessoas apoiadas;
- **Indicadores de resultado**: grau de satisfação dos beneficiários;
- **Indicadores de impacto**: redução da exclusão social, aumento da participação cívica, melhoria da perceção pública sobre diversidade.

## 5. MODELO DE GOVERNAÇÃO

A governação do **PMIM** assenta numa **coordenação partilhada e multisetorial**, que assegura a execução, acompanhamento, monitorização e revisão do plano.

A **entidade coordenadora** é o **Município da Nazaré**, através do seu **GAS**, que assume a função de secretariado técnico e garante:

- A articulação interinstitucional;
- O apoio logístico e administrativo à implementação;
- A monitorização dos indicadores e a produção de relatórios periódicos.

A execução das medidas decorre de forma descentralizada, envolvendo **parceiros com responsabilidades diretas** por eixo estratégico, nomeadamente:

- **Educação e Língua** – Agrupamentos de Escolas e IEFP;
- **Emprego e Empreendedorismo** – IEFP, associações empresariais e entidades de apoio ao empreendedorismo;
- **Habitação** – Câmara Municipal, Instituições particulares de solidariedade social e associações locais;
- **Saúde e Bem-estar** – ULS e serviços de saúde pública;
- **Cultura e Interculturalidade** – Câmara Municipal, associações culturais, associações de migrantes;
- **Cidadania e Participação** – Associações de imigrantes, juntas de freguesia, entidades da Rede Social.

A governação do PMIM será assegurada no quadro da **Rede Social do Município**, através do **CLAS**, garantindo:

- Reuniões plenárias para validação das medidas e dos relatórios de progresso;
- Integração dos objetivos do PMIM no **Plano de Desenvolvimento Social** em vigor;

O PMIM seguirá o seguinte **processo formal**:

1. **Validação técnica** no âmbito do CLAS, em plenário;
2. **Aprovação política** em Reunião de Câmara Municipal;
3. **Ratificação** em Assembleia Municipal.

Assim, desta forma, assegurar-se-á a **legitimidade política** e o **compromisso institucional**, fundamentais para a implementação eficaz do Plano.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

### Artigos científicos e Documentos

**Comissão Europeia** (2020). *Plano de Ação para a Integração e Inclusão 2021-2027*. Serviço das Publicações da União Europeia. <https://ec.europa.eu/migrant-integration>

**Oliveira, C. R.** (2022). *Indicadores de integração de imigrantes: Relatório estatístico anual 2022*. Alto Comissariado para as Migrações.

**Oliveira, M. J.** (2017). Review: *The changing soul of Europe. Religions and migrations in Northern and Southern Europe*. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (83), 173-177. <https://revistas.rcaap.pt/sociologiapp/article/view/9031>

**Sena, S., Santos, E., & Cunha, M.** (2020). *Saúde mental dos migrantes e refugiados no contexto europeu: um protocolo de revisão scoping*. *Millenium. Journal of Education, Technologies, and Health*, Série 2 (espec. n° 7), 117-121 <https://doi.org/10.29352/mill0207e.13.00368>

### Fontes de informação

- OesteCIM – Comunidade Intermunicipal do Oeste <https://www.oestecim.pt/>;
- INE - Instituto Nacional de Estatística <https://www.ine.pt/>;
- Pordata <https://www.pordata.pt/>;
- Município da Nazaré <https://www.cm-nazare.pt/>;
- Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social do Município da Nazaré

## SIGLAS E ACRÓNIMOS

- ACM** – Alto Comissariado para as Migrações
- CLAIM** – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
- CLAS** – Conselho Local de Ação Social
- CMN** – Câmara Municipal da Nazaré
- CMJ** – Conselho Municipal de Juventude
- GAS** – Gabinete de ação social
- IEFP** – Instituto do Emprego e Formação Profissional
- INE** – Instituto Nacional de Estatística
- NPT** – Nacionais de Países Terceiros
- OesteCIM** – Comunidade Intermunicipal do Oeste
- PEM** – Plano Estratégico para as Migrações
- PLA** – Português Língua de Acolhimento
- PMIM** – Plano Municipal para a Integração de Migrantes
- UE** – União Europeia
- ULS** – Unidades Locais de Saúde

